

**FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**  
**CNPJ/MF Nº 17.167.412/0001-13 CARTA AUTORIZAÇÃO Nº40 DE 04/03/1.955**  
**SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP**  
**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Companhia”), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia nos semestres findos nestas datas. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

**CENÁRIO ECONÔMICO**

Entramos em 2020 com uma perspectiva otimista com a recuperação econômica mundial, em especial para China, após a assinatura da chamada “fase 1” de seu acordo comercial com os Estados Unidos. Outro fator que contribuiu para essa entrada mais positiva foi a saída ordenada do Reino Unido da União Europeia. Contudo essa euforia durou pouco, após a eclosão da epidemia de coronavírus na China em janeiro, que reacendeu as preocupações com o desaquecimento da atividade global.

A primeira leitura dessa epidemia logo no início do ano foi que ela tenderia a ter um impacto descrito como em “formato de V”, ou seja, queda de produção abrupta, seguida de uma recuperação que deveria trazer de volta a atividade aos mesmos níveis em que se encontrava antes da sua eclosão. Como os fatores de produção não tenderiam a ser destruídos, passado o período de suspensão das atividades nas regiões afetadas, digeridos os gargalos causados por interrupções de produção nas cadeias produtivas, a economia tenderia a retornar a seu ritmo anterior.

Contudo, com o avanço da epidemia para outras regiões em fevereiro, com destaque para Itália e posteriormente para os Estados Unidos, essa leitura foi agravada pois os cenários começaram a incorporar um grande choque de demanda sobre a economia global. Esse choque era decorrente da provável diminuição da confiança dos consumidores ao redor do mundo, e também dos efeitos de segunda ordem da própria deterioração das condições financeiras e do efeito riqueza negativo decorrente da deterioração dos mercados sobre o consumo.

Após o anúncio de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), seguido do anúncio de várias medidas de lockdown no mundo, os mercados internacionais passaram por forte movimento de aversão a risco no mês de março, com circuit breakers sendo observados nas principais bolsas mundiais. Concomitantemente a esse movimento, a procura por segurança provocou alta robusta do dólar em relação às principais moedas emergentes e queda abrupta dos juros das treasuries.

Em resposta aos efeitos econômicos da pandemia, as autoridades econômicas globais tiveram resposta rápida e em montantes muitos superiores aos implementados na crise financeira global de 2008. As medidas foram de cunho monetário (grande redução da taxa de juros, compra de ativos e uso de liberação de compulsório) e do ponto de vista fiscal, medidas que visaram a compensação da perda de renda (por conta da elevação do desemprego), linhas emergenciais para empresas e também verbas extraordinárias para investimentos no combate a pandemia e nas estruturas para atendimento em saúde.

Essa crise, que é global, atingiu o Brasil em março, momento em que o contágio do vírus começa a acelerar e também fomos atingidos diretamente pela piora de preço dos ativos globais, atingindo diretamente o preço dos ativos brasileiros. O mercado doméstico brasileiro passou por um dos piores meses da história. O índice Bovespa recuou 29,9% e o dólar disparou 29,5%.

Para conter a crise sanitária, os Estados tiveram respostas rápidas para achatar a curva de contágio e se preparar melhor para o pico da epidemia que se daria em junho. No front econômico, o Brasil seguiu implementando o que vinha sendo feito nos outros países. O Banco Central do Brasil continuou um ciclo adicional de queda de juros, ampliou a liquidez para o sistema financeiro com diferentes instrumentos monetários e com a preocupação que esses recursos chegassem a ponta final, que eram as empresas, afetadas pelas medidas de distanciamento social. Do lado do Ministério da Economia, a equipe econômica anunciou um pacote bem positivo destinado a assegurar recursos para saúde e amparar a população mais vulnerável e trabalhadores informais, visando garantir-lhes a renda e crédito durante a crise. Entre as medidas estavam antecipação de 13º salário para aposentados, linhas de crédito emergencial para empresas, liberação de verbas extraordinárias para Estados. Certamente essas medidas foram um colchão de proteção para empresas e famílias. Em contrapartida, o endividamento público será bastante elevado, por isso o caráter temporário e a necessidade que sejam compensadas com reformas estruturantes à frente.

No mês de maio já se tinha a percepção que o pior da pandemia tinha ficado para trás, que aliada ao suporte agressivo das autoridades monetárias, ajudaram a dar suporte a um movimento de forte recuperação dos mercados. A combinação da reabertura econômica, com uma demanda que ficou reprimida e o grande volume de estímulos, estamos vendo nesse final de semestre dados econômicos menos piores que as projeções haviam sido feitas na maioria das regiões do mundo. No Brasil, fechamos o semestre com uma expectativa de PIB para o ano de 2020 com queda de 5,7% (no pior momento na crise se falava em queda de 10%). Os grandes desafios para frente são avançar nas reformas estruturais do Brasil (entre elas a Reforma Tributária e Administrativa) que melhora a nossa competitividade e uma agenda voltada para uma consolidação fiscal para promover uma trajetória de queda da dívida pública brasileira. O Governo e a equipe econômica seguem com essa agenda, construindo uma base parlamentar no Congresso nessa direção. Do lado da taxa de juros, enquanto o cenário continuar muito benigno para inflação, manter o nível num patamar bastante expansionista, com objetivo maior de retomada do crescimento econômico.

## **DESEMPENHO DAS ATIVIDADES**

### **Resultado do semestre**

O lucro líquido da Companhia atingiu no semestre R\$ 27.944 mil (1º semestre/2019 R\$ 30.047 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 5,96 % (1º semestre/2019 6,80%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 950.894 mil (inicial de 2019 R\$ 899.060 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 272,22 (1º semestre/2019 R\$ 292,53).

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 9.052 (30/06/2019 R\$ 5.709), correspondendo ao valor bruto de R\$ 205,39 (1º semestre/2019 R\$ 129,44) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa às demonstrações financeiras nº 12 letra “b”.

### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 969.432 mil ao final do semestre (31/12/2019 R\$ 950.894 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 9.443,78 (31/12/2019 R\$ 9.257,59).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2020, homologada pelo Banco Central do Brasil em 03/07/2020, aprovou o aumento do capital social para R\$ 473.930 mil mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 25.900 mil.

Conforme autorização do Conselho de Administração, a Companhia adquiriu no semestre o total de 30.900 ações ordinárias e 30.100 ações preferenciais, em Bolsa de Valores e a preços de mercado para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu - 18,73% (31/12/2019 20,06%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 9,25% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

## **Recursos Captados**

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 4.793.430 mil na data do balanço (31/12/2019 R\$ 4.463.271 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 4.789.287 mil (31/12/2019 R\$ 4.455.709 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 4.143 mil (31/12/2019 R\$ 7.562 mil) em repasses do BNDES e FINAME.

## **Ativos e Empréstimos**

O ativo total alcançou R\$ 6.401.565 mil ao final do semestre (31/12/2019 R\$ 6.123.759 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 156.168 mil na data do balanço (31/12/2019 R\$ 818.347 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria “títulos para negociação”.

A carteira de crédito, incluindo ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” no montante de R\$ 221.153 mil (31/12/2019 R\$ 268.360 mil, também positivo), conforme Carta Circular do BACEN nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 3.631.520 mil ao final do semestre (31/12/2019 R\$ 4.997.754 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 51.682 mil (31/12/2019 R\$ 55.580 mil), correspondente a 1,52% (31/12/2019 1,18%) do total da carteira de crédito.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 62.861 mil (31/12/2019 R\$ 61.661 mil), representando 1,84% (31/12/2019 1,30%) do total da carteira de crédito, 37,02% (31/12/2019 28,27%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

## **OUVIDORIA**

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

## **DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 11/08/2020, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2020.

## **AGRADECIMENTOS**

É indispensável traduzir o reconhecimento da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 11 de agosto de 2020.

## **DIRETORIA**

### **Diretor Presidente**

Fabio Alberto Amorosino

### **Diretores**

Antonio José Ambrozano Neto                      Fabiano Siqueira de Oliveira  
Felipe Barbosa da Silveira e Silva              Pedro Elias Dabbur

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 11 de agosto de 2020.

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Presidente**

Christophe Yvan Francois Cadier

### **Conselheiros**

Luiz Alves Paes de Barros                      Rubens Bution

**BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)**

	<b>Nota Explicativa</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.289.014</b>	<b>3.074.215</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>03</b>	<b>2.437.437</b>	<b>110.771</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>1.826.941</b>	<b>2.948.571</b>
Títulos e Valores Mobiliários	04	150.746	810.118
Instrumentos Financeiros Derivativos	05	4.564	6.154
Operações de Crédito	06	1.671.631	2.132.299
<b>PROVISÕES PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>06d</b>	<b>(17.854)</b>	<b>(17.033)</b>
<b>PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS</b>		<b>(1.734)</b>	<b>(1.447)</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>07</b>	<b>44.224</b>	<b>33.353</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.112.551</b>	<b>3.049.544</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>2.103.950</b>	<b>3.040.349</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>1.960.747</b>	<b>2.867.530</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos	05	858	2.075
Operações de Crédito	06	1.959.889	2.865.455
<b>PROVISÕES PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>06d</b>	<b>(45.007)</b>	<b>(44.628)</b>
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>08</b>	<b>140.188</b>	<b>160.813</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>07</b>	<b>48.022</b>	<b>56.634</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>16.819</b>	<b>16.472</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>4.364</b>	<b>4.371</b>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(12.582)</b>	<b>(11.648)</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>6.401.565</b>	<b>6.123.759</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)**

	<b>Nota Explicativa</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.503.448</b>	<b>2.875.383</b>
<b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>2.397.879</b>	<b>2.767.093</b>
Depósitos	09	2.283.490	2.667.862
Obrigações por empréstimos e repasses	09	2.866	5.338
Instrumentos Financeiros Derivativos	05	111.523	93.893
<b>PROVISÕES</b>		<b>4.419</b>	<b>7.620</b>
Contingências tributárias, trabalhista e cíveis	10	4.419	7.620
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>11</b>	<b>101.150</b>	<b>100.670</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.928.685</b>	<b>2.297.482</b>
<b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>2.810.455</b>	<b>2.153.293</b>
Depósitos	09	2.505.797	1.787.847
Obrigações por empréstimos e repasses	09	1.277	2.224
Instrumentos financeiros derivativos	05	303.381	363.222
<b>PROVISÕES</b>		<b>21.145</b>	<b>28.418</b>
Contingências tributárias, trabalhista e cíveis	10	21.145	28.418
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS</b>	<b>08</b>	<b>95.421</b>	<b>114.326</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>11</b>	<b>1.664</b>	<b>1.445</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12</b>	<b>969.432</b>	<b>950.894</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>		<b>473.930</b>	<b>448.030</b>
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>		<b>4.099</b>	<b>4.099</b>
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>		<b>492.810</b>	<b>499.818</b>
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>		<b>(1.407)</b>	<b>(1.053)</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>6.401.565</b>	<b>6.123.759</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (EM R\$ MIL)**

**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**

	Nota Explicativa	2020	2019
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>305.593</b>	<b>476.821</b>
Operações de Crédito	06f	264.839	422.902
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		33.102	46.786
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		7.652	7.133
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(161.198)</b>	<b>(318.409)</b>
Operações de Captação no Mercado		(102.724)	(152.134)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(161)	(573)
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros		(34)	(228)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(42.595)	(155.485)
Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	06e	(15.684)	(9.989)
<b>RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>144.395</b>	<b>158.412</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>37.463</b>	<b>29.418</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		18.480	27.351
Outras Receitas Operacionais	16a	18.983	2.067
<b>PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(137.711)</b>	<b>(129.480)</b>
Despesas de Pessoal		(62.101)	(61.087)
Despesas Administrativas	16b	(42.495)	(38.426)
Despesas Tributárias		(9.807)	(11.058)
Outras Despesas Operacionais	16c	(23.308)	(18.909)
<b>DESPESAS DE PROVISÕES</b>		<b>(919)</b>	<b>(11.053)</b>
Provisões com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis		(919)	(11.053)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>43.228</b>	<b>47.297</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>		<b>(282)</b>	<b>219</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>42.946</b>	<b>47.516</b>
<b>TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO</b>		<b>(15.002)</b>	<b>(17.469)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>08</b>	<b>(12.132)</b>	<b>(14.928)</b>
Provisão para imposto de renda		(7.357)	(9.705)
Provisão para contribuição social		(4.751)	(6.191)
Ativo fiscal diferido		(24)	968
<b>Participação nos lucros</b>		<b>(2.870)</b>	<b>(2.541)</b>
Empregados		(2.870)	(2.541)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>27.944</b>	<b>30.047</b>
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		<b>272,22</b>	<b>292,53</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (EM R\$ MIL)**

	2020	2019
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>27.944</b>	<b>30.047</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Semestre</b>	<b>27.944</b>	<b>30.047</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$ MIL)**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**

Eventos	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31/12/2018</b>	<b>423.430</b>	-	<b>4.099</b>	<b>472.447</b>	<b>(916)</b>	-	<b>899.060</b>
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 25/04/2019	24.600	-	-	(24.600)	-	-	-
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	(127)	-	(127)
Cancelamento de Ações Próprias	-	-	-	-	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	-	-	-	-	-	<b>30.047</b>	<b>30.047</b>
<b>DESTINAÇÕES :</b>							
Reservas	-	-	-	24.338	-	(24.338)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(5.709)	(5.709)
<b>SALDOS EM 30/06/2019</b>	<b>448.030</b>	-	<b>4.099</b>	<b>472.185</b>	<b>(1.043)</b>	-	<b>923.271</b>
MUTAÇÕES DO PERÍODO	24.600	-	-	(262)	(127)	-	24.211
<b>SALDOS EM 31/12/2019</b>	<b>448.030</b>	-	<b>4.099</b>	<b>499.818</b>	<b>(1.053)</b>	-	<b>950.894</b>
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 24/04/2020	-	25.900	-	(25.900)	-	-	-
<b>OUTROS EVENTOS :</b>							
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	(354)	-	(354)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	-	-	-	-	-	<b>27.944</b>	<b>27.944</b>
<b>DESTINAÇÕES :</b>							
Reservas	-	-	-	18.892	-	(18.892)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(9.052)	(9.052)
<b>SALDOS EM 30/06/2020</b>	<b>448.030</b>	<b>25.900</b>	<b>4.099</b>	<b>492.810</b>	<b>(1.407)</b>	-	<b>969.432</b>
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	25.900	-	(7.008)	(354)	-	18.538

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM R\$ MIL) - MÉTODO INDIRETO**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>27.944</b>	<b>30.047</b>
<b>AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>14.622</b>	<b>20.199</b>
- Depreciações e Amortizações	1.121	992
- Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	15.684	9.989
- Provisão de Passivos Contingentes	(3.784)	11.045
- Provisão para Desvalorização Outros Valores e Bens	287	(446)
- Atualização de Depósitos Judiciais	(406)	(466)
- Resultado Crédito Tributário	20.625	(40.886)
- Resultado Passivo Fiscal Diferido	(18.905)	39.971
<b>(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>2.012.076</b>	<b>(495.712)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	659.372	(201.205)
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.807	2.448
Operações de Crédito	1.366.234	(280.599)
Outros Ativos	(1.452)	(5.267)
Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(14.484)	(11.050)
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(701)	(2.363)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	300	2.324
<b>AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>287.322</b>	<b>388.374</b>
Depósitos	333.578	295.748
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.419)	(10.291)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(42.211)	126.050
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	(6.690)	(9.107)
Outros Passivos	24.905	3.806
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.841)	(17.832)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.341.964</b>	<b>(57.092)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(380)	(955)
Aplicações no Intangível	(177)	(287)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	-	415
Alienação de Imobilizados de Uso	30	23
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(527)</b>	<b>(804)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Aquisição de Ações Próprias	(354)	(127)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(14.417)	(9.356)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(14.771)</b>	<b>(9.483)</b>
<b><u>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</u></b>	<b><u>2.326.666</u></b>	<b><u>(67.379)</u></b>
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre	110.771	898.078
Caixa e Equivalentes no Final do Semestre	2.437.437	830.699
<b><u>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</u></b>	<b><u>2.326.666</u></b>	<b><u>(67.379)</u></b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - R\$ MIL**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>1. RECEITAS</b>	<b>327.090</b>	<b>496.469</b>
Intermediação Financeira	305.593	476.821
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	18.480	27.351
Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	(15.684)	(9.989)
Outras Receitas Operacionais	18.983	2.067
Resultados Não Operacionais	(282)	219
<b>2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>145.514</b>	<b>308.420</b>
<b>3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>61.414</b>	<b>63.128</b>
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	2.184	823
Serviços de Terceiros	59.230	62.305
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO ( 1-2-3 )</b>	<b>120.162</b>	<b>124.921</b>
<b>5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>1.121</b>	<b>992</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>119.041</b>	<b>123.929</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>119.041</b>	<b>123.929</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>119.041</b>	<b>123.929</b>
<b>Pessoal</b>	<b>56.060</b>	<b>54.762</b>
Remuneração Direta	40.955	39.915
Benefícios	11.837	11.553
F.G.T.S.	3.268	3.294
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>30.849</b>	<b>34.852</b>
Federais	29.503	33.059
Estaduais	6	7
Municipais	1.340	1.786
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>4.178</b>	<b>4.268</b>
Aluguéis	4.178	4.268
<b>Outras (Doações Filantrópicas)</b>	<b>10</b>	<b>-</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>27.944</b>	<b>30.047</b>
Juros sobre o Capital Próprio	9.052	5.709
Lucros Retidos do Semestre	18.892	24.338

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 - EM R\$ MIL

### 01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### (a) Atividade e Estrutura do Grupo

A **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado:

- Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se trata de empresa financeira);
- Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos;
- Banco Alfa S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Financeira Alfa S.A., possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

## (b) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 10/08/2020 e aprovadas pelo Conselhos de Administração e Fiscal em 11/08/2020.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o pronunciamento estrutural conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

**(b.1)** O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.720/19 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da circular nº 3.959/19 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01.01.2020. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional e o ativo e, iii) passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo. Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

<b>Classificação do Cosif</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>01.01.2020</b>	<b>Nova classificação</b>
Disponibilidades	7.255	7.255	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	103.516	103.516	Caixa e equivalentes de caixa
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	818.347	818.347	Instrumentos financeiros
Relações interfinanceiras	1.693	1.693	Instrumentos financeiros
Operações de crédito	4.882.844	4.944.379	Instrumentos financeiros
Outros créditos	280.398	(61.535)	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
		51.682	Instrumentos financeiros
		(126)	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
		160.813	Créditos tributários
		68.029	Outros ativos
Outros valores e bens	20.476	21.366	Outros ativos
		(890)	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos
Investimentos	35	592	Outros ativos
		(557)	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos
Imobilizado de uso	7.465	16.472	Imobilizado de uso
		(9.007)	Depreciações e amortizações
Intangível	1.730	4.371	Intangível
		(2.641)	Depreciações e amortizações
<b>Total ativo</b>	<b>6.123.759</b>	<b>6.123.759</b>	

<b>Classificação do Cosif</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>01.01.2020</b>	<b>Nova classificação</b>
Depósitos	4.455.709	4.455.709	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Obrigações por empréstimos e repasses	7.562	7.562	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros derivativos	457.115	457.115	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Outras obrigações	239.889	114.326	Obrigações fiscais diferidas
		36.038	Provisões
		89.525	Outros passivos
Resultado de exercícios futuros	12.590	12.590	Outros passivos
Capital social	448.030	448.030	Capital social
Reserva de lucros	503.917	503.917	Reservas
Ações em tesouraria	(1.053)	(1.053)	Ações em tesouraria
<b>Total passivo</b>	<b>6.123.759</b>	<b>6.123.759</b>	

## 02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

**(a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

**(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 04b e 05). A provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 06 letras “c” e “d”).

**(c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda;
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”;
- e

- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

**(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pela Companhia com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 05, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3, classificados como “Hedge de Risco de Mercado”, tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para “hedge” risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (“hedge”), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 05.

#### **(e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros**

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de “Operações de Crédito Vinculadas a Cessão”. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica “Outras Obrigações – Diversas – Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão”, e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações.

As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica “Operações de Crédito”, mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados.

**(f) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20%, móveis e utensílios e instalações 10% e;
- Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

**(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**(h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b).

**(i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perda esperada associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 06 “e”);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 05);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 08 “b”); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

**(j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota nº 10) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

**(k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

### 03. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Caixa e disponibilidades em bancos</b>	<b>13.997</b>	<b>7.255</b>
Disponibilidades em moeda nacional	13.997	7.255
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)</b>	<b>2.423.440</b>	<b>103.516</b>
- de ligadas	2.423.440	103.516
<b>Total</b>	<b><u>2.437.437</u></b>	<b><u>110.771</u></b>

(i) Aplicações em depósitos interfinanceiros cujos prazos de vencimentos são iguais ou inferiores a 90 dias.

### 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### (a) Composição da carteira

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira própria - livres:		
Letras financeiras do tesouro	57.799	140.549
Vinculados a prestação de garantias:		
Letras financeiras do tesouro	92.947	669.569
<b>TOTAL - títulos e valores mobiliários</b>	<b><u>150.746</u></b>	<b><u>810.118</u></b>

#### (b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

Títulos para negociação	30/06/2020			Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado	31/12/2019		
	90 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080				Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado
Letras financeiras do tesouro	19.719	114.315	16.712	150.746	150.771	(25)	810.118	810.031	87

- “**Títulos para negociação**”: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(i) O ajuste negativo dos títulos para negociação no montante de R\$ 25 (31/12/2019 R\$ 87 positivo), obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título “Resultado com títulos e valores mobiliários”.

Os títulos públicos são custodiados na SELIC.

**(c) Composição dos títulos vinculados**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	80.059	658.723
Títulos dados em garantia em ações judiciais	12.888	10.846
<b>Total</b>	<b><u>92.947</u></b>	<b><u>669.569</u></b>

**05. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

**(a) Instrumentos financeiros derivativos:**

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	835	3.393
Instrumentos financeiros derivativos para Hedge de valor justo	(410.317)	(452.279)
<b>Total</b>	<b>(409.482)</b>	<b>(448.886)</b>
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	4.564	6.154
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	858	2.075
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(111.523)	(93.893)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(303.381)	(363.222)
<b>Total</b>	<b>(409.482)</b>	<b>(448.886)</b>

**(b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:**

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Pré	15.612	31.850	33.130	31.354	59.226	61.704
Mercado interfinanceiro	15.300	28.909	28.909	30.300	57.416	57.416
<b>Posição ativa</b>	<b>30.912</b>	<b>60.759</b>	<b>62.039</b>	<b>61.654</b>	<b>116.642</b>	<b>119.120</b>
Pré	15.300	32.216	33.496	30.300	59.950	62.209
Mercado interfinanceiro	15.612	27.708	27.708	31.354	53.518	53.518
<b>Posição passiva</b>	<b>30.912</b>	<b>59.924</b>	<b>61.204</b>	<b>61.654</b>	<b>113.468</b>	<b>115.727</b>
<b>Contratos de Swaps – exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>835</b>	<b>835</b>	<b>-</b>	<b>3.174</b>	<b>3.393</b>

**(c) Instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de valor justo:**

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	2.071.387	2.356.365	2.356.365	3.116.630	3.500.960	3.500.960
<b>Posição ativa</b>	<b>2.071.387</b>	<b>2.356.365</b>	<b>2.356.365</b>	<b>3.116.630</b>	<b>3.500.960</b>	<b>3.500.960</b>
Pré	2.071.387	2.548.779	2.766.682	3.116.630	3.687.965	3.953.239
<b>Posição passiva</b>	<b>2.071.387</b>	<b>2.548.779</b>	<b>2.766.682</b>	<b>3.116.630</b>	<b>3.687.965</b>	<b>3.953.239</b>
<b>Contratos de Swaps – exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>(192.414)</b>	<b>(410.317)</b>	<b>-</b>	<b>(187.005)</b>	<b>(452.279)</b>

**(d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":**

	30/06/2020			31/12/2019		
	Ativo - saldo a receber			Ativo - saldo a receber		
	Negociação	Hedge de valor justo		Negociação	Hedge de valor justo	
		valor justo	Total		valor justo	Total
Swaps	5.422	-	5.422	8.229	-	8.229

  

	30/06/2020			31/12/2019		
	Passivo - saldo a pagar			Passivo - saldo a pagar		
	Negociação	Hedge de valor justo		Negociação	Hedge de valor justo	
		valor justo	Total		valor justo	Total
Swaps	(4.587)	(410.317)	(414.904)	(4.836)	(452.279)	(457.115)

**(e) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:**

**Negociação:**

	30/06/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	623	380	(168)	-	835

  

	31/12/2019				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	1.385	2.258	(250)	-	3.393

**Hedge de valor justo:**

	30/06/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	(24.448)	(83.514)	(195.876)	(106.479)	(410.317)

  

	31/12/2019				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	(20.870)	(70.512)	(177.586)	(183.311)	(452.279)

(f) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º Semestre					
	2020			2019		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	253	(42.848)	(42.595)	843	(156.328)	(155.485)

(g) O total do ajuste de marcação a mercado registrado no foi de:

	1º Semestre					
	2020			2019		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(218)	47.371	47.153	(683)	(93.343)	(94.026)

**Contabilidade de "Hedge":** A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge".

**(h) Análise de sensibilidade:** Em conformidade com a instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão na data-base destas demonstrações financeiras; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

30/06/2020				
Exposição	MITM - Exposição	Estresse - Alfa cenário ( a )	Deterioração de 25% cenário ( b )	Deterioração de 50% cenário ( c )
Pré-fixada	624.495	(35.677)	(14.812)	(28.365)

  

31/12/2019				
Exposição	MITM - Exposição	Estresse - Alfa cenário ( a )	Deterioração de 25% cenário ( b )	Deterioração de 50% cenário ( c )
Pré-fixada	1.367.303	(42.091)	(28.004)	(54.223)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

## 06. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### (a) Composição da carteira de crédito

Setores de atividade:	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Rural	6.899	0,2	36.478	0,8
Indústria	33.862	1,0	37.264	0,8
Comércio	495.334	14,5	563.598	11,9
Instituições financeiras	22.308	0,7	54.065	1,1
Outros serviços	273.644	8,0	321.415	6,8
Pessoas físicas	2.578.320	75,6	3.716.574	78,6
<b>Total da carteira</b>	<b>3.410.367</b>	<b>100,0</b>	<b>4.729.394</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos	1.610.244	47,2	2.865.148	60,6
Financiamentos	1.775.812	52,0	1.809.877	38,3
Operações de crédito vinculados a cessão	92	-	994	-
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	22.270	0,7	36.125	0,8
Outros créditos	1.949	0,1	17.250	0,3
<b>Total da carteira</b>	<b>3.410.367</b>	<b>100,0</b>	<b>4.729.394</b>	<b>100,0</b>
Ajuste ao valor mercado - item objeto hedge	221.153		268.360	
<b>Total global</b>	<b>3.631.520</b>		<b>4.997.754</b>	

### (b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de	30/06/2020				31/12/2019			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
<b>A vencer</b>								
- até 180 dias	1.075.693	12.689	1.088.382	31,9	1.353.093	13.958	1.367.051	28,9
- de 181 a 360 dias	559.481	7.864	567.345	16,6	771.808	9.211	781.019	16,5
- acima de 360 dias	1.723.511	20.843	1.744.354	51,2	2.548.913	23.443	2.572.356	54,4
<b>Total vincendas</b>	<b>3.358.685</b>	<b>41.396</b>	<b>3.400.081</b>	<b>99,7</b>	<b>4.673.814</b>	<b>46.612</b>	<b>4.720.426</b>	<b>99,8</b>
<b>Vencidas</b>								
- até 60 dias	-	3.161	3.161	0,1	-	3.575	3.575	0,1
- de 61 a 180 dias	-	4.979	4.979	0,1	-	3.666	3.666	0,1
- acima de 180 dias	-	2.146	2.146	0,1	-	1.727	1.727	-
<b>Total vencidas</b>	<b>-</b>	<b>10.286</b>	<b>10.286</b>	<b>0,3</b>	<b>-</b>	<b>8.968</b>	<b>8.968</b>	<b>0,2</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>3.358.685</b>	<b>51.682</b>	<b>3.410.367</b>	<b>100,0</b>	<b>4.673.814</b>	<b>55.580</b>	<b>4.729.394</b>	<b>100,0</b>

### (c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	30/06/2020						31/12/2019					
	Saldo da Carteira de Crédito (*)			Provisão			Saldo da Carteira de Crédito (*)			Provisão		
	A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil		
AA	221.721	-	221.721	-	-	256.347	-	256.347	-	-		
A	2.993.393	-	2.993.393	14.967	21.851	4.267.865	-	4.267.865	21.339	24.327		
B	114.846	7.387	122.233	1.222	3.044	128.927	11.950	140.877	1.409	3.804		
C	16.584	7.544	24.128	724	2.410	7.957	10.438	18.395	552	1.821		
D	5.495	6.097	11.592	1.159	3.476	6.659	5.291	11.950	1.195	3.573		
E	1.158	5.036	6.194	1.858	3.097	2.352	6.231	8.583	2.575	4.291		
F	454	6.622	7.076	3.538	4.953	306	4.798	5.104	2.552	3.572		
G	2.163	3.241	5.404	3.782	5.403	2.074	4.010	6.084	4.259	6.084		
H	2.871	15.755	18.626	18.627	18.627	1.327	12.862	14.189	14.189	14.189		
<b>Total</b>	<b>3.358.685</b>	<b>51.682</b>	<b>3.410.367</b>	<b>45.877</b>	<b>62.861</b>	<b>4.673.814</b>	<b>55.580</b>	<b>4.729.394</b>	<b>48.070</b>	<b>61.661</b>		

(\*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

**(d) Movimentação da provisão para perdas esperada associadas ao risco de crédito**

	1º Semestre	
	2020	2019
Saldo inicial do semestre	61.661	59.302
Complemento líquido de reversão	15.684	9.989
Baixas líquidas dos valores recuperados	(14.484)	(11.050)
<b>Saldo final do semestre</b>	<b>62.861</b>	<b>58.241</b>

A provisão atingiu o saldo de R\$ 62.861 (31/12/2019 R\$ 61.661), correspondente a 1,84% (31/12/2019 1,30%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” e as relações interfinanceiras. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 15.502 (1º semestre/2019 R\$ 13.108), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 3.793 (1º semestre/2019 R\$ 6.207).

Como renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Além disso, em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, a Financeira concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2020, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 228.984, equivalente a 6,7% da carteira. Em 31/12/2019, não havia situação similar a esta para fins de comparação.

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2020 é de R\$ 28.509 (31/12/2019 R\$ 35.130).

**(e) Cessão de crédito**

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 “e” destas demonstrações financeiras.

O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no semestre, perfaz o montante de R\$ 92 (31/12/2019 R\$ 994), tendo sido reconhecida no 1º semestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 61 (1º semestre/2019 R\$ 358), e estão registradas na demonstração de resultado sob a rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 93 (31/12/2019 R\$ 1.012), tendo sido apropriadas no 1º semestre despesas de juros no montante de R\$ 34 (1º semestre/2019 R\$ 228) registrado na rubrica “Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ zero (31/12/2019 R\$ 4).

A Companhia vem adquirindo carteira de operações de crédito consignado via cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume de transação destas operações no semestre corresponde a R\$ 206.019 (1º semestre/2019 R\$ 397.803), registrada em conta adequada do ativo, na rubrica “Operações de Crédito”, tendo sido reconhecidas no semestre receitas no montante de R\$ 27.561 (1º semestre/2019 R\$ 57.438) registradas na rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

No 1º semestre/2020 a Companhia passou a realizar operações de crédito sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada no montante de R\$ 886.914. A receita reconhecida no semestre foi de R\$ 133.

**(f) Rendas de operações de crédito**

	<b>1º semestre</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Rendas de financiamentos	108.767	105.156
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	152.890	313.065
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.182	4.681
<b>Total</b>	<b>264.839</b>	<b>422.902</b>

**07. OUTROS ATIVOS**

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Depósitos judiciais	40.896	41.173
Comissões sobre contratos	15.988	15.298
Carteira de crédito - recursos em trânsito	15.344	17.996
Comissão a apropriar - fiança paga antecipadamente	3.245	2.088
Bens não de uso próprio	2.704	2.017
Antecipação salarial	1.872	545
Despesa antecipada com softwares	1.754	1.753
Prêmio na venda de operações de crédito - ligadas	1.660	7.219
Outros	8.783	1.311
<b>Total</b>	<b>92.246</b>	<b>89.987</b>

## 08. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### (a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre	
	2020	2019
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado</b>	<b>40.076</b>	<b>44.975</b>
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(16.030)	(17.990)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	3.621	2.284
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(1.624)	(2.407)
Créditos amortizados para prejuízo	(576)	487
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(480)	427
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	4.227	(726)
Ativo fiscal diferido	(20.625)	40.886
Obrigações fiscais diferidas	18.905	(39.971)
Outros valores	450	2.082
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(12.132)</b>	<b>(14.928)</b>
<b>Sendo:</b>		
<b>Impostos correntes</b>	<b>(10.412)</b>	<b>(15.843)</b>
<b>Impostos diferidos</b>	<b>(1.720)</b>	<b>915</b>
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(12.132)</b>	<b>(14.928)</b>

(i) Vide nota explicativa nº 02 “h”.

### (b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	Constituição	Realização	30/06/2020
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	14.416	368	(4.558)	10.226
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	24.664	10.287	(9.807)	25.144
Créditos amortizados para prejuízo	6.043	1.417	(841)	6.619
Outros créditos tributários	3.421	6.542	(5.170)	4.793
Derivativos	112.269	16.883	(35.746)	93.406
<b>Total - crédito tributário ativo</b>	<b>160.813</b>	<b>35.497</b>	<b>(56.122)</b>	<b>140.188</b>
Derivativos	(113.238)	(63.651)	82.585	(94.304)
Outros	(1.088)	(32)	3	(1.117)
<b>Total - obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(114.326)</b>	<b>(63.683)</b>	<b>82.588</b>	<b>(95.421)</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>46.487</b>			<b>44.767</b>
<b>% sobre patrimônio líquido</b>	<b>4,8%</b>			<b>4,6%</b>

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2020, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
<b>Realização dos créditos tributários</b>	22%	30%	19%	15%	9%	5%

Em 30/06/2020, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 41.586.

## 09. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

### Composição de recursos captados por prazos de vencimento

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 30/06/2020
Depósitos interfinanceiros (i)	1.447.798	835.692	2.442.749	63.048	4.789.287
Obrigações por repasses (ii)	1.063	1.803	1.262	15	4.143
<b>Total de captações</b>	<b>1.448.861</b>	<b>837.495</b>	<b>2.444.011</b>	<b>63.063</b>	<b>4.793.430</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>30,2%</b>	<b>17,5%</b>	<b>50,9%</b>	<b>1,4%</b>	<b>100,0%</b>

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2019
Depósitos interfinanceiros	1.049.448	1.618.414	1.787.341	506	4.455.709
Obrigações por repasses	2.185	3.153	2.072	152	7.562
<b>Total de captações</b>	<b>1.051.633</b>	<b>1.621.567</b>	<b>1.789.413</b>	<b>658</b>	<b>4.463.271</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>23,6%</b>	<b>36,3%</b>	<b>40,0%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100,0%</b>

(i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 14/04/2025 indexados à taxa pré-fixada que variam de 0,60% a 12,62% a.a. e pós-fixada indexado em 96% a 112,00% do CDI;

(ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 15/10/2020 à taxa pós-fixada 2,13% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,96% mais SELIC, Operações de FINAME com vencimentos até 15/06/2021 à taxa pós-fixada de 2,13% a.a. mais TJLP, e à taxa pós-fixada de 1,40% mais SELIC, pós-fixada de 4,088% até 4,250% a.a. mais TLP - IPC, e pré-fixada de 1,30% até 19,79% a.a., garantidas por contratos.

## 10. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2020 estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e			Total
	Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	
<b>Saldo inicial em 01/01/2020</b>	<b>5.247</b>	<b>30.024</b>	<b>767</b>	<b>36.038</b>
(+) Complemento líquido de reversões	40	(4.703) (*)	790	(3.873)
(+) Atualização	89	-	-	89
(-) Pagamentos	(1.417)	(4.778) (**)	(495)	(6.690)
<b>Saldo final em 30/06/2020</b>	<b>3.959</b>	<b>20.543</b>	<b>1.062</b>	<b>25.564</b>

(\*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.

(\*\*) Refere-se basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

ISS sobre fianças e avais: A Empresa obteve decisão desfavorável transitada em julgado, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a incidência do ISS sobre a receita de fiança e aval. Por conta disso a Empresa realizou o pagamento do valor de R\$ 1.417 ao Município de São Paulo mediante a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados no curso do processo.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Contingências" do grupo "Outras Obrigações - Diversas".

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 6.572 (31/12/2019 R\$ 5.799).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”, e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 2.775 (31/12/2019 R\$ 15.461).

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 1.806 (31/12/2019 R\$ 1.879) na data destas demonstrações financeiras, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

## 11. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	47.666	29.385
Provisões de pessoal e administrativa	18.553	16.943
Sociais e estatutárias	14.960	21.317
Resultado de exercícios futuros	9.632	12.590
Fiscais e previdenciárias	4.568	14.910
Outros	7.435	6.970
<b>Total</b>	<b><u>102.814</u></b>	<b><u>102.115</u></b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital Social

Dividido em 58.736.269 (31/12/2019 58.736.269) de ações ordinárias e 44.206.287 (31/12/2019 44.206.287) de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2020, homologada pelo Banco Central do Brasil em 03/07/2020, aprovou o aumento do capital social para R\$ 473.930 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 25.900.

### (b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>27.944</b>	<b>30.047</b>
(-) Reserva legal	(1.397)	(1.502)
Lucro líquido ajustado	26.547	28.545
<b>Juros sobre capital próprio - valor bruto</b>	<b>9.052</b>	<b>5.709</b>
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(1.358)	(856)
Juros sobre capital próprio - valor líquido	7.694	4.853

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.052 (1º semestre/2019 R\$ 5.709), correspondendo ao valor bruto de R\$ 205,39 (1º semestre/2019 R\$ 129,44) por lote de mil ações preferenciais.

A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 3.621 (1º semestre/2019 R\$ 2.284) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

### c) Reservas de lucros

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva legal	69.856	68.459
Reservas estatutárias - aumento de capital	341.183	351.338
Reservas estatutárias - dividendos	81.771	80.021
<b>Total</b>	<b>492.810</b>	<b>499.818</b>

### (d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações

**(d.1)** O programa de recompra de ações da Companhia, iniciado em 13/11/2017, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/03/2019. No âmbito do Programa foram recompradas 133.500 ações ordinárias e 108.800 ações preferenciais, das quais conforme deliberado na ata de Reunião do Conselho de Administração de 08/03/2018, houve o cancelamento, sem redução do capital social, de 6.700 ações ordinárias e 27.700 ações preferenciais, perfazendo um total de R\$ 153. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 423.430, passa a ser dividido em 102.942.556 (ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 ordinárias e 44.206.287 preferenciais, inconversíveis em ordinárias). O prazo para execução do Programa era de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

**(d.2)** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. No 1º semestre de 2020, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2020 é de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.387.

Em 30/06/2020 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON é de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo é de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2020, era de R\$ 5,15 por ação ON e R\$ 6,10 por ação PN.

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019	1º Semestre	
			2020	2019
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>13.730</b>	<b>6.422</b>	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	13.730	6.422	-	-
Banco Alfa S.A.	13.730	6.422	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)</b>	<b>(2.365.847)</b>	<b>(4.352.192)</b>	<b>(77.921)</b>	<b>(124.518)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	(2.365.847)	(4.352.192)	(77.921)	(124.518)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(405.110)	(404.179)	(7.244)	(22.259)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(1.960.737)	(3.948.013)	(70.677)	(102.259)
<b>Aquisição de ativos financeiros</b>	<b>173.133</b>	<b>789.539</b>	<b>49.466</b>	<b>58.281</b>
- Outras partes relacionadas (2)	22.308	36.478	2.733	7.298
Banco Alfa S.A.	22.308	36.478	2.733	7.298
- Outras partes relacionadas (3)	150.825	753.061	46.733	50.983
Banco Alfa S.A.	150.283	738.530	46.733	50.916
C&C Casa e Construção Ltda	542	13.861	-	63
Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda	-	670	-	4
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>(4.454)</b>	<b>(7.655)</b>	-	-
- Outras partes relacionadas	(1.610)	(3.731)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(518)	-	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	(2)	(518)	-	-
Corumbal Participações e Administração	(1.606)	(2.695)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.844)	(3.924)	-	-
<b>Outras transações (4)</b>	<b>6.525</b>	<b>(529)</b>	<b>(6.629)</b>	<b>(6.348)</b>
- Outras partes relacionadas	6.525	(529)	(6.629)	(6.348)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(7)	(9)	(2)	(1)
Banco Alfa S.A.	6.835	(143)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A	(303)	(377)	-	-
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	(61)	(25)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(1.616)	(1.511)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(107)	(223)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(4.843)	(4.588)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 22.308 (31/12/2019 R\$ 36.478).

(3) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

(4) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.

**(b) Remuneração dos Administradores:**

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 6.232 (1º semestre/2019 R\$ 5.185) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

**(b.1)** Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
  - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
  - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

**(c) Participação acionária:**

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de junho de 2020: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

## **14. GERENCIAMENTO DE RISCO**

### **Risco Corporativo**

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa (“Prudencial”) sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br) > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

### **Risco de Mercado**

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

### **Risco de Liquidez**

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

### **Risco de Crédito**

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

### **Risco Operacional**

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

## Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

### 15. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O índice de capital para 30/06/2020 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 18,73% (31/12/2019 20,06%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 9,25%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Prudencial.

	<b>Prudencial</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Patrimônio de Referência – Nível I</b>	<b>2.573.457</b>	<b>2.502.336</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.573.457</b>	<b>2.502.336</b>
Patrimônio Líquido	2.622.086	2.546.564
(-) Ajustes Prudenciais	(48.629)	(44.228)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.573.457</b>	<b>2.502.336</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>13.738.663</b>	<b>12.475.342</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	11.675.661	10.757.297
Risco de Mercado	865.642	502.537
Risco Operacional	1.197.360	1.215.508
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>1.099.093</b>	<b>998.027</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>171.733</b>	<b>311.884</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>18,73%</b>	<b>20,06%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>18,73%</b>	<b>20,06%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>18,73%</b>	<b>20,06%</b>

O BACEN, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 30/06/2020, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 14,06% (31/12/2019 15,88%).

## 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

### (a) Outras receitas operacionais

	1º Semestre	
	2020	2019
Reembolso cessão de crédito (i)	11.978	-
Reversão de provisão para contingências trabalhista (ii)	4.703	-
Receita com portabilidade de crédito	1.223	445
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos	463	549
Dividendos prescritos	447	490
Outras rendas operacionais	169	583
<b>Total</b>	<b>18.983</b>	<b>2.067</b>

(i) Refere-se ao reembolso das despesas pela constituição da carteira e remuneração da performance dos créditos cedidos para empresa ligada.

(ii) Vide nota explicativa nº 10.

### (b) Outras despesas administrativas

	1º Semestre	
	2020	2019
Processamento de dados	(14.683)	(14.614)
Serviços técnicos especializados	(6.022)	(3.811)
Serviços de terceiros	(4.976)	(2.507)
Aluguéis	(4.178)	(4.268)
Serviços do sistema financeiro	(3.042)	(3.728)
Propaganda e publicidade	(1.969)	(2.467)
Comunicações	(1.750)	(319)
Depreciação e amortização	(1.121)	(992)
Promoções e relações públicas	(1.008)	(1.348)
Viagem	(966)	(1.374)
Manutenção e conservação de bens	(575)	(621)
Água, energia e gás	(258)	(305)
Outras despesas administrativas	(1.947)	(2.072)
<b>Total</b>	<b>(42.495)</b>	<b>(38.426)</b>

### (c) Outras despesas operacionais

	1º Semestre	
	2020	2019
Prêmio de operações de vendas - ligadas (*)	(7.352)	(6.522)
Comissões	(6.116)	(3.827)
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(4.040)	(4.206)
Contingências trabalhistas	(3.049)	(1.536)
Ressarcimento de custo de originação	(1.009)	(1.801)
Despesas com créditos inadimplentes	(372)	(628)
Outras despesas operacionais	(1.370)	(389)
<b>Total</b>	<b>(23.308)</b>	<b>(18.909)</b>

(\*) Conforme nota explicativa nº 06e refere-se ao prêmio com cessão de crédito sem coobrigação com a empresa ligada.

#### (d) Resultado não operacional

	1º Semestre	
	2020	2019
Lucro na alienação de valores e bens	48	192
Prejuízo na alienação de valores e bens	(37)	(421)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(287)	446
Outras receitas / despesas não operacionais	(6)	2
<b>Total</b>	<b>(282)</b>	<b>219</b>

#### (e) Contratação de seguros

O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 96.485 (31/12/2019 R\$ 90.035) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2019 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2019 R\$ 3.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

#### (f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

### 17. NOTAS Á DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	30/06/2020	30/06/2019
No início do semestre	110.771	898.078
Disponibilidade	7.255	10.176
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	103.516	887.902
No final do semestre	2.437.437	830.699
Disponibilidade	13.997	12.757
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	2.423.440	817.942
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	2.326.666	(67.379)

(i) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

### 18. OUTROS ASSUNTOS

Desde o dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países e ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, como a prática

de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar em que medida essas ações amenizarão a recessão global em 2020.

Para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus e das medidas de isolamento social na economia, o Banco Central aprovou um conjunto de medidas com a finalidade de aumentar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Dentre essas medidas, em 2 de abril de 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN nº 4.795/20, instituindo a LTEL-LFG e autorizando o Banco Central a adquirir, no mercado primário, letras financeiras emitidas por alguns tipos de instituições financeiras, observadas as condições ali previstas e em sua regulamentação. O Conglomerado Alfa optou por utilizar esta forma de captação de recursos, cuja operacionalização ocorreu por meio do Banco Alfa S.A., devido ao fato de ser a instituição do Conglomerado detentora de conta de reserva bancária. Para atendimento aos requisitos regulamentares, as operações de crédito elegíveis a serem dadas em garantia destas operações foram objeto de cessão de crédito entre as instituições do Conglomerado, em condições equitativas, até junho/2020 foram realizadas cessões de crédito da Financeira para o Banco Alfa S.A. no valor de R\$ 886.914, conforme nota 6“e” adicionalmente, o Banco Alfa S.A. recomprou créditos cedidos a Financeira até março/2020 no montante de R\$ 516.202.

As atividades do Conglomerado Financeiro Alfa estão com plena capacidade operacional, equipes adequadas e prontas para atender as necessidades dos clientes. Nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e de todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais dos locais em que operamos. Em relação a nossas operações de crédito, a Administração, juntamente com o Comitê de Crédito, segue monitorando a Carteira de Ativos de Crédito diariamente e, até o momento, não foram verificados impactos negativos relevantes devido a renegociações ou inadimplência. Intensificamos o trabalho em home office, com pelo menos 90% dos nossos funcionários trabalhando de forma remota. O Comitê de Risco acompanha e avalia de forma consistente e tempestiva nossa alocação de capital e nossa liquidez, de forma que o Conglomerado mantém uma estrutura de Basileia confortável e adequada ao momento.

Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuarão sendo monitorados de forma contínua. A Administração do Conglomerado permanece atenta a eventual agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios e a situação de nossos clientes, dado o atual cenário de aumento no número de infectados e a possível prorrogação e adoção de medidas adicionais de isolamento social.

**ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS**  
**CONTADORA**  
**CRC 1SP 232.846/O-2**

## **RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020**

### **Introdução**

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

O novo cenário, decorrente da grave crise socioeconômica mundial trazida pelo Covid-19, trouxe uma série de desafios neste semestre, notadamente no segundo trimestre:

- i. Assim como as demais instituições financeiras e empresas de outros setores, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários, o banco adotou o home-office para a maioria do staff.
- ii. A queda na taxa de juros influenciou em todo o mercado nas captações de recursos. O CMN, através da Resolução nº 4795, proporcionou ao mercado o acesso à linha de crédito com garantia de ativos. Dessa forma, o banco utilizou essa alternativa para aumentar suas disponibilidades.
- iii. Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. Em função disso, provisão adicional foi constituída para fazer frente a eventuais perdas.

### **Atividades do Comitê**

O Comitê reuniu-se 6 vezes no período de janeiro a junho de 2020, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, *compliance*, prevenção à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

### **Administração de Riscos**

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

### **Ouvidoria**

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.433, de 23/07/2015 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

### **Controles Internos**

O Comitê considerou que as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos são adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

## **Prevenção à Lavagem de Dinheiro**

O Comitê analisou e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro. A Circular BACEN nº 3.978 e a Instrução CVM nº 617 provocarão aumento dos trabalhos do próximo semestre para o enquadramento e testes com os novos grupos de PEPS.

## **Auditoria Externa e Interna**

As empresas de auditoria externa KPMG Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, são responsáveis pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2020; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do quarto trimestre de 2019.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

## **Demonstrações Financeiras**

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2020, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 11 de agosto de 2020.

**Adilson Herrero**

**Ciderlene Justino de Souza**

**Paulo Aluizio Machado de Andrade**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da  
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 6, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo “AA” o melhor rating e “H” o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseia em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos relacionados de aprovação, registro, classificação das operações de crédito nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos, com base em

amostragem, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, tais como atraso na operação e deterioração das condições do tomador do crédito. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pela Companhia para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos estabelecidos pela Resolução nº 2682 do CMN. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, tomadas em conjunto.

#### **Provisão e Passivos Contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e nº 10, a Companhia constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas, é considerado a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pela Companhia. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamentos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento para contingências e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, tomadas em conjunto.

#### **Valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos – Estrutura Hedge Accounting**

Conforme notas explicativas nº 2 e nº 5, a Companhia calcula o valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos tomando como base as informações divulgadas no mercado futuro (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão). A Companhia possui contratos de SWAP (CDI x PRÉ) que, em parte, foram realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros. Essa estrutura de proteção está classificada como “Hedge” de Risco de Mercado, tendo como item objeto as operações de crédito. As operações de crédito designadas para “hedge” de risco de mercado são mensuradas a valor de mercado. Para cálculo do valor justo, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de “hedge” devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido ao julgamento envolvido para precificação dos derivativos e premissas utilizadas para mensuração a valor de mercado do item objeto de “hedge”, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e os controles internos adotados pela Companhia para mensuração do valor de mercado dos instrumentos derivativos, do item objeto de “hedge” e para o acompanhamento da estrutura de “hedge”. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais da Companhia para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de hedge para preservar o *spread* das operações de crédito. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação como contabilidade de proteção, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias, metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e aplicáveis à Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, item objeto de “hedge” e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: **(i)** o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; **(ii)** o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2020, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e **(iii)** a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

**Ailton Carlos Canette**

**Paulo Caio Ferraz de Sampaio**

**Nelson Marcelino**

**Fernando Pinto de Moura**